

## REPRESENTAÇÕES DISCURSIVAS DA NAÇÃO PORTUGUESA NA VOZ DO PODER:

*O caso das tomadas de posse de  
Pedro Passos Coelho e António Costa*

## DISCURSIVE REPRESENTATIONS OF THE PORTUGUESE NATION BY THE VOICE OF POWER:

*The cases of Pedro Passos Coelho's and António Costa's  
inaugural speeches*

Jean Mercereau\*

jean.mercereau@ipleiria.pt

Jorge Gomes da Costa\*\*

jorge.g.costa@ipleiria.pt

O presente artigo visa analisar as práticas discursivas de representação da nação portuguesa a partir dos discursos de Tomada de Posse dos Primeiros-Ministros, Pedro Passos Coelho e António Costa (em junho de 2011 e novembro de 2015, respetivamente). Com base numa abordagem propositadamente transdisciplinar, a análise permite identificar e compreender os mecanismos usados pela voz do poder português para reforçar a sua legitimidade, impor um determinado estilo de liderança e apresentar a sua conceção ideológica da nação, através de estratégias que visam promover a adesão a esta visão, por parte do público-alvo. No final, demonstra-se que apesar do carácter distintivo da visão que cada um dos dirigentes preconiza para o futuro do país, as opções discursivas escolhidas para veicular essa visão, bem como a argumentação que sustenta os seus discursos, se aproximam grandemente, dadas as características em comum que apresentam.

**Palavras-chave:** poder, estado, discurso político, representação, identidade

This article has as its main objective to analyze the discursive practices of representation of the Portuguese nation by means of the inaugural speeches of Prime Ministers Pedro Passos Coelho and António Costa in June 2011 and November 2015 respectively.

\* Instituto Politécnico de Leiria, Portugal.

\*\* Instituto Politécnico de Leiria, Portugal.

Based on a transdisciplinary approach, the analysis has led to the identification and understanding of the mechanisms used by Portugal's voice of power to reinforce its legitimacy, impose a particular style of leadership and present its ideological vision of the nation. The strategies used to lead the target audience to adhere to this vision have also been the object of analysis. On the whole, it has been shown that in spite of the essentially different vision defended by both leaders for the future of the country, the options chosen to transmit that vision, as well as the arguments on which the speeches are based, do share many common characteristics.

**Keywords:** power, state, political discourse, representation, identity

\*

## 1. Introdução

O ano de 2011 assinala o início de um processo incontornável de viragem para Portugal. O chumbo do 4º Programa de Estabilidade e Crescimento, na Assembleia da República, culmina na dissolução do XVIII Governo Constitucional, chefiado por José Sócrates. Diante do cenário de ameaça iminente de bancarrota que daí deriva, Portugal vê-se obrigado a aceitar a intervenção da Troika<sup>1</sup> e a experimentar uma vez mais no seu percurso a perda de autonomia nacional, face à necessidade de financiamento externo.<sup>2</sup> Sob o estigma desta crise financeira, reavaliam-se trajetos, rastreiam-se causas, procuram-se alternativas viáveis para um futuro incerto. Em simultâneo com esse exercício de autoanálise generalizada, sucedem-se os processos de transformação de paradigmas nos planos económico, político, social e ideológico, assim como no nível mais profundo do panorama nacional, o da identidade coletiva.

O presente artigo aborda alguns dos mecanismos que estão na base de tais processos de transformação, mais particularmente no que diz respeito à atuação da voz do aparelho de poder português, uma vez que é neste elemento regulador do funcionamento nacional que reside, *a priori*, a responsabilidade

1 Este comité de ajuda internacional (Fundo Monetário Internacional, Comissão Europeia e Banco Central Europeu) assinou o Memorando de Políticas Económicas e Financeiras com o Estado Português, em maio de 2011, pressupondo o acordo tácito de todos os principais partidos do arco de governação quanto ao cumprimento dos compromissos assumidos nesse documento.

2 Portugal já tinha recebido apoio do Fundo Monetário Internacional em 1977 e em 1983, mas nunca enquanto Estado-membro da União Europeia.

máxima pela definição e preservação da imagem “oficial” em que o país se deve rever (Anderson 2016, p. 15; Wodak, De Cillia, Reisigl, & Liebhart 2009, p. 21).

Com esta abordagem, pretende-se identificar, por um lado, o conjunto de práticas levadas a cabo pelo aparelho de poder nacional, no sentido de reforçar a sua legitimidade aos olhos da opinião pública, e impor, em simultâneo, um modelo de liderança que entende ser representativo da sua forma de governação. Por outro, tal abordagem visa lançar novas luzes sobre a conceção ideológica por detrás dessa atuação governativa, ao evidenciar a representação “oficial” do país que é veiculada para o espaço nacional num dado momento do seu percurso.

Para esse efeito, integram-se propostas teóricas, no âmbito da análise crítica do discurso (Fairclough 2010; Van Dijk 1997; Wodak *et al* 2009), visando a caracterização das estratégias adotadas pelo poder político português contemporâneo, no seu esforço de promover a adesão a uma visão particular da realidade nacional. Nas palavras de Van Dijk, reafirmadas por Fairclough, desenvolve-se, nesse sentido, uma análise do discurso político “(...) *from a critical perspective which focuses on the reproduction and contestation of political power through political discourse. (...)*” (Fairclough & Fairclough 2012, p. 17).

Para além disso, identificam-se os mecanismos que concorrem para a definição do perfil de liderança que corporiza tal visão, como forma de compreender o modelo de relacionamento que se estabelece entre a sociedade portuguesa e o aparelho de poder que a regula. Ao inscrever-se num determinado período da história do país, e reclamando para si os papéis de “pedagogo” da nação e de “homem providencial” para a resolução dos problemas que esta enfrenta (Girardet 1986, p. 71), o líder concentra simbolicamente na sua figura, não só uma ideologia particular (Hucheon 2002) e respetivo aparelho de poder que a suporta, mas também características próprias que determinam o sucesso ou insucesso dessa visão do país, que pretende ver inculcada no coletivo. É este conjunto de características que permite o seu enquadramento num determinado modelo de liderança (Girardet 1986), o qual, quando configurado em maior ou menor grau de correspondência com o conjunto de expectativas que a esfera pública apresenta a dada altura, determina em larga medida o tipo e nível de apoio que a sua proposta de visão do panorama nacional poderá vir a receber. A prática discursiva serve, assim, de veículo transmissor da representação oficial do país preconizada

pelo poder político, legitimando em simultâneo a figura do próprio líder, enquanto responsável máximo pela definição das linhas que a caracterizam.

Com base na análise desse processo de legitimação discursiva, elencam-se, por fim, as diversas componentes da “versão oficial” da nação que vigorará num futuro mais ou menos próximo, com a implícita garantia da superação dos obstáculos presentes, mas, muito para além disso, da concretização de um *outro* destino nacional.

O corpus de trabalho selecionado partilha o mesmo tipo de circunstâncias em termos de relação com o poder. Dada a sua forte componente simbólica e dimensão hipermediatizada que, pelo menos teoricamente, acaba por alcançar o país na sua totalidade, o discurso de Tomada de Posse de um Governo Constitucional, pela figura do Primeiro-Ministro, deverá representar a tomada racional de posição, também por parte de uma ideologia que, segundo Fairclough, passará a converter-se progressivamente numa forma de representação dominante no espaço nacional:

The theory of ideology is concerned in general terms with the question of how beliefs and concerns which are associated with the interest of particular social groups come to be general beliefs and concerns, and how they come to have effects on social life. Ideologies are part of the way in which the dominance of dominant social groups is achieved, maintained and renewed through particular directions of social change (Fairclough & Fairclough 2012, p. 100).

Mais do que uma mera declaração de intenções, espera-se da voz do Primeiro-Ministro o marcar de um rumo claro, a transparência na definição da relação com o poder e a demonstração da consciência da função a desempenhar, numa atmosfera liberta do frémio típico das campanhas políticas que antecedem tal etapa.

A escolha dos discursos de Tomada de Posse de Pedro Passos Coelho, em 2011, e de António Costa<sup>3</sup>, em 2015, deve-se em primeiro lugar, e apesar do seu distanciamento temporal, ao facto de ambos se relacionarem com a mesma problemática de base. É a questão da crise económica e todos os seus efeitos que ocupam o centro de tais discursos e, por conseguinte, determinam

3 Este estudo baseia-se exclusivamente na versão textual apresentada destes dois discursos, disponível em: <https://www.publico.pt/2011/06/21/politica/noticia/discurso-na-integra-de-passos-coelho-1499640> (Pedro Passos Coelho) e <https://www.portugal.gov.pt/download-ficheiros/ficheiro.aspx?v=251e9cbd-0f8d-44f7-9109-4bb56461f73e> (António Costa).

o tipo de reconfiguração nacional que propõem, segundo o ideal da estrutura de poder que os suporta no momento.

Perante a acumulação de sinais de alarme relativos à situação financeira do país<sup>4</sup>, o Primeiro-Ministro socialista, José Sócrates, leva ao Parlamento um novo conjunto de medidas de austeridade em 23 de março de 2011. Após o chumbo deste novo Pacto de Estabilidade e Crescimento (PEC), por todos os partidos de oposição (Moury & Standring 2017, p. 8), José Sócrates apresenta a sua demissão ao Presidente da República, que convoca eleições legislativas antecipadas para o dia 5 de junho. Desse ato eleitoral resulta uma maioria parlamentar de coligação entre o PSD e o CDS/PP, e Pedro Passos Coelho<sup>5</sup>, Presidente do Partido Social Democrata, desde março de 2010, toma posse como Primeiro-Ministro a 21 de junho de 2011, em plena fase de arranque do plano de resgate financeiro português.

António Costa, antigo ministro dos governos socialistas de António Guterres e de José Sócrates<sup>6</sup>, e Presidente da Câmara Municipal de Lisboa desde 2007, assume a liderança do Partido Socialista em setembro de 2014. Após as eleições legislativas de 4 de outubro de 2015, em que o PS obtém 32,31% do sufrágio, contra 38,5% da coligação PPD/PSD e CDS/PP<sup>7</sup>, o Programa de Governo apresentado por Pedro Passos Coelho é chumbado na Assembleia da República em 10 de novembro. Consequentemente, António Costa, já após o fecho oficial do plano de resgate português, toma posse como Primeiro-Ministro a 26 de novembro de 2015, na sequência de uma aliança histórica entre o seu partido e o PCP/PEV e Bloco de Esquerda, que, muito embora não integrando o Governo, se comprometem a viabilizar esta solução governativa (Léonard 2017, p. 267-268).<sup>8</sup>

Não é propósito central do presente artigo levar a cabo um trabalho de cotejo político entre as linhas de orientação apresentadas nestes dois momentos

4 Aumento do défice, notas das agências de *rating*, série de medidas de austeridade e ameaça de resgate finalmente anunciado por Sócrates a 6 de abril de 2011.

5 Com 38,65% dos votos, correspondentes a 108 deputados, para o PSD e 11,7 %, correspondentes a 24 deputados, para o CDS/PP, contra 23,7% (74 deputados) do PS, ainda liderado pelo Primeiro-Ministro cessante, José Sócrates.

6 Ministro dos Assuntos Parlamentares (1997-1999) e da Justiça (1999-2002) nos governos de António Guterres e Ministro de Estado da Administração Interna de José Sócrates (2005-2007).

7 Nas eleições legislativas de 4 de outubro de 2015, o PS de António Costa conquista 86 lugares na Assembleia da República, ao passo que a coligação PPD/PSD e CDS/PP atinge a marca dos 107 deputados.

8 A maioria parlamentar assim constituída beneficia do apoio, além do PS, dos deputados do BE (19) da CDU (17) e do PAN (1).

históricos e o seu grau de concretização na esfera real da sociedade portuguesa, nem, por outro lado, proceder a uma abordagem exclusivamente centrada nas vertentes textual ou linguística. Pelo contrário, apresenta-se um exercício de desconstrução discursiva em vários níveis, que pretende aliar uma perspetiva de microanálise do texto escrito (*speech*) a uma outra de macroanálise, centrada nas relações entre a sociedade portuguesa e o seu aparelho de poder, as quais são concretizadas por meio do discurso político (*discourse*) (Wodak 1996, p. 18) a que cada um dos protagonistas em questão vem dar corpo.

Nesse sentido, a argumentação que em seguida se desenvolve encontra-se estruturada de acordo com três grandes etapas: em primeiro lugar, a apresentação do enquadramento teórico que subjaz à análise do corpus apresentado; em segundo, a descrição dos dados recolhidos no contacto com os textos; em terceiro, a análise comparativa entre ambos e o apuramento do seu grau de aproximação / distanciamento em termos discursivos e simbólicos.

## 2. Enquadramento teórico

A abordagem na base deste artigo é de natureza essencialmente transdisciplinar. No seguimento das recomendações de Fairclough (2010, p. 231) e Wodak *et al* (2009, p. 9), acerca do enriquecimento que este tipo de opção pode oferecer a um exercício de análise crítica do discurso, considerou-se necessário o recurso à área da teoria política, mais particularmente às propostas de Girardet (1986), acerca do “homem providencial”. Para além de avançar com a identificação dos elementos que assinalam a presença de uma figura de liderança nesses moldes, o autor dá a conhecer um modelo de classificação, que permite o enquadramento dessa figura numa tipologia própria.

A assunção simbólica da figura do pedagogo, por parte de um líder, assim como o reclamar do direito à sua inscrição nas narrativas nacionais constituem, segundo Girardet (1986), as duas grandes componentes que evidenciam a presença do “homem providencial” no percurso de um país, sendo possível, para além disso, identificar quatro grandes modelos de acordo com o perfil que apresenta: o modelo *Cincinato*, o modelo *Moisés*, o modelo *Alexandre* e o modelo *Sólon*.

O primeiro dos quatro modelos de homem providencial, caracterizados por Girardet (1986) e desenvolvidos por Fischer (2009), é designado de *Cincinato*, em alusão ao homem de Estado romano que, em 458 a.C., exerceu o poder de forma a salvar a pátria da ameaça de invasões externas, antes de

voltar à sua vida de agricultor. É apontado como o modelo de firmeza, dedicação, experiência, prudência, sangue-frio, sensatez e moderação (Girardet 1986, p. 74), em que um velho servidor da pátria prescinde do seu interesse pessoal, de honrarias ou reconhecimento, para restaurar a glória nacional, antes de regressar à sua vida anterior.

O modelo *Moisés* (ou “arquétipo do profeta”, Girardet 1986, p. 78), também designado de *Péricles* (Garrigues 2012, p. 39), baseia-se na figura mítica de Moisés e corresponde a um tipo de líder em que “o destino individual do salvador se confunde com o destino coletivo da Nação” (Fischer 2009, p. 85). Esta figura visionária mostra ao seu povo o caminho para o futuro e aparece, segundo Girardet (1986, p. 79), como a encarnação do desígnio comum.

*Alexandre* (Girardet 1986, p. 79)<sup>9</sup>, inspirado pela figura mítica vinda da Macedónia, no século IV a.C., corresponde a um terceiro arquétipo de liderança, baseado na imagem do conquistador que acumulou vitórias sobre os inimigos, ultrapassando todas as dificuldades e voando de sucesso em sucesso para salvar a nação, graças à sua força e coragem.

Por fim, o modelo *Sólon*, assim designado em referência ao homem de Estado grego dos séculos VII e VI a.C., corresponde, segundo Girardet, ao arquétipo do legislador que visa, sem ostentação, estabelecer as bases de um novo regime de governação (Fischer 2009, p. 80).

Maioritariamente por ações, mas também por meio das palavras, estas figuras de liderança conduzem os que deles dependem a um destino anunciado, inscrevendo-se no imaginário coletivo, através do modo como se posicionam em relação a tudo o que os antecede, às circunstâncias em que se encontram, assim como em relação ao futuro que visam alcançar.

Neste sentido, as propostas de Fairclough & Fairclough (2012, pp. 39-51), em torno dos elementos centrais que concorrem para a estabilização da estrutura argumentativa no discurso político, mostram-se fundamentais. No contacto com o texto, permitem destrinçar o posicionamento do líder face às dimensões do passado / presente / futuro, nos seus níveis essenciais, e identificar as marcas discursivas da ideologia subjacente. Como se demonstrará adiante, os elementos do “Apelo à ação”, “Circunstâncias”, “Objetivos”, “Valores” e “Meios”, possibilitam, ainda, não só a caracterização do tipo de relacionamento que se pretende instituir entre a sociedade e o seu aparelho político, mas também da visão oficial da nação portuguesa que passará a vigorar.

9 Este modelo recebe a designação de *César*, em Garrigues (2012, pp. 23-26).

### 3. Descrição e análise dos dados

Para dar início ao trabalho de análise, tomam-se como ponto de partida as práticas de representação do passado adotadas por cada um dos políticos em estudo. Com base na sua concretização nos discursos de Tomada de Posse, estabelece-se o pano de fundo para tudo o que se seguirá em termos de representação simbólica e ideológica. É por meio dessa representação que tem início o processo de definição das relações entre Governo e Sociedade. Estas fundam-se, por um lado, no reconhecimento generalizado da versão oficial dos factos apresentados pela voz do poder, e, por outro, na aceitação desses factos enquanto fonte de legitimação do próprio aparelho de poder e sua responsabilidade pelos destinos nacionais, daí em diante.

Pedro Passos Coelho inicia a sua Tomada de Posse, referindo que a necessidade urgente de procurar e pôr em prática respostas concretas para os problemas nacionais é o resultado de tudo o que “(...) durante tantos anos se foi arruinando (...)”. Aposta, neste sentido, num verbo de significação crítica e negativa, que se vê reforçado em intensidade semântica pelo referente temporal que o precede (“durante tantos anos”). Não se trata, portanto, só da negatividade associada ao tópico da ruína em contexto nacional, mas também ao facto de esta se arrastar por bastante tempo no passado. Os limites exatos para esse período temporal não são, todavia, claramente identificados, o que concede àquela expressão um grau de ambiguidade interpretativa fundamental. A não-explicitação de referentes concretos expande as possibilidades de leitura, por parte de quem contacta com o texto, aumentando dessa forma as suas probabilidades de adesão às representações do país que se seguem.

Deste ponto em diante, o recurso à ambivalência significativa torna-se preferencial nas práticas de representação discursiva de Passos Coelho, sempre que é necessário recuperar o passado como contraponto à forma de governação que preconiza. Esse é, nas suas palavras, o tempo em que reinou “(...) um certo tipo de governação e um certo entendimento da relação entre o Estado e a Sociedade (...)”. Neste caso, a ambivalência surge da repetição de “um certo”, que, em combinação com os restantes elementos da citação, acaba por criar uma imagem de objetividade, ainda que não explicitando o “tipo” e o “entendimento” em questão. Se se atender à associação desta estratégia com os *topoi* da governação e relação Estado/Sociedade – paradigmas que concentram toda a sua prática discursiva –, verifica-se que as possíveis leituras se expandem, reforçando o efeito de potencial adesão às ideias apresentadas.



A opção pela representação do passado nestes moldes generalistas que, embora não explicitamente, acaba por evocar o Portugal de governo socialista anterior, faz com que, não sendo nomeado, esse período se pressinta ao longo de todo o texto, e surja sempre como o pano de fundo negativo que legitima as palavras e a própria ação que o governante propõe levar a cabo no presente e no futuro.

A necessidade de cortar por completo com o estigma do passado justifica-se, segundo o Primeiro-Ministro, pela gestão desastrosa das áreas financeira e económica. Essa temática ocupa uma posição dominante no seu discurso, em particular, no que toca ao nível da dívida pública e externa, que derivam de uma “embriaguez” coletiva, em que o país viveu na “(...) ilusão de que a dívida em espiral alimenta crescimento [e se limitou] a encenar um falso e curto bem-estar até ao dia em que [chegou] a factura e o colapso. (...)”.

O apuramento de responsabilidades em relação aos erros cometidos anteriormente assenta, desta forma, no uso do mesmo tipo de estratégia. Em associação com a ambiguidade, Passos Coelho acaba por evocar o período do passado de esquerda, deixando, ainda assim, uma margem de exploração retórica ampla o suficiente, de modo a restringir a sua análise às vertentes que necessita de recuperar, para que o seu plano governativo e a rutura a que este virá dar corpo sejam legitimados. É também de salientar a acumulação de vocábulos do campo semântico do irreal que é posta em prática na citação anterior. Evoca, por um lado, o aparelho de poder passado e sua cota-parte de responsabilização pelo logro da economia baseada em acumulação de dívidas incomportáveis. Por outro, a alusão ao tópico da embriaguez nacional expande ainda mais o tom acusatório do discurso, alargando-o à própria conduta do país e à sua conivência com esse modo danoso de governação.<sup>10</sup>

A legitimação da rutura com o passado vê-se igualmente fundamentada pelo fracasso verificado nas áreas social e política, em que a tomada de decisões com base em “obsessões ideológicas” surge como a grande responsável pelo desaire nacional.<sup>11</sup> A lentidão de funcionamento do aparelho judicial ou o modo

10 O tópico da ilusão ou fantasia nacional é um dos elementos decisivos de que o governante se socorre para a justificação da sua atuação governativa, mais particularmente no que toca à obrigatoriedade de confronto sistemático do país com a realidade. Por sua vez, como se demonstrará adiante, esta aparente censura do comportamento nacional em determinados momentos do seu passado virá também a reforçar o perfil de liderança que Pedro Passos Coelho parece querer reclamar para si enquanto Primeiro-Ministro.

11 A estas obsessões ideológicas opõe os valores de “empenho”, “competência”, “esforço”, “inteligência”, “perseverança” e “coragem”, que aponta como características do que será o seu governo.

aleatório como as políticas sociais foram implementadas ao longo do tempo, não contemplando efetivamente os efeitos acarretados para os contribuintes e o país em geral, contribuem para o agravamento sério, não só do nível da dívida, mas também da própria capacidade de resposta social aos mais carenciados. Passos Coelho promete, assim, um Programa de Emergência Social, “(...) orientado para as pessoas com maiores carências e para os que mais severamente têm sido atingidos”. Quanto à vertente política, encontra-se no passado a raiz do “(...) preço que se paga em perda de autonomia (...)” nacional, assim como do aparente autismo, por parte do país, em relação às orientações e ensinamentos externos. Por seu lado, na dimensão interna, Portugal movimentou-se, até esse ponto, sob um modelo de Estado que “(...) se torna opaco para esconder relações pouco apropriadas entre os recursos que são públicos e os interesses que são privados (...)”, e no qual reside a responsabilidade por todos os “(...) bloqueios que paralisaram o país (...)”.

Quanto ao presente, muito embora a consciência dos resultados eleitorais reforce o tom de determinação de Passos Coelho, o elemento-chave que valoriza no seu discurso é o da figura do protagonista da mudança em direção a um novo destino.<sup>12</sup> Trata-se da tentativa de corporização de uma figura providencial para o país, apoiando-se o Primeiro-Ministro no seu conhecimento da vontade e desejos dos portugueses como a verdadeira forma de legitimação do seu poder, e da necessidade de rutura que preconiza. Na verdade, “(...) a vontade de mudança é a sua maior justificação política e a sua maior vocação (...)”, dadas as circunstâncias que condicionam o estado presente do país.

Nesta fase, o discurso desenvolve-se fundamentalmente através da estratégia de dramatização de argumentos, para a qual concorre o uso reiterado de vocábulos e expressões de conotação negativa. Estes vêm intensificar o impacto emocional que as palavras produzem no destino-alvo, por um lado, (Fairclough & Fairclough 2012, p. 132), e, por outro, facilitar a adesão à representação oficial que o político visa incutir no povo português.<sup>13</sup>

12 “(...) A crise que hoje atravessamos mostrou o esgotamento dos modos antigos e fez ressoar o apelo à mudança. Ora neste momento solene, o Governo assume que atenderá a esse apelo. (...)”. O tema da mudança é sem dúvida central na argumentação de Passos Coelho, o que se comprova também pela sua repetição frequente ao longo de todo o texto. Das dez vezes em que a palavra “mudança” é repetida, sete ocorrem logo nos parágrafos iniciais da Tomada de Posse.

13 O recurso à dramatização, enquanto estratégia de exploração discursiva de uma determinada temática, constitui uma das opções mais frequentes, mas não menos eficazes, de valorização de um ponto de vista fundamental para a configuração, não só do aparelho de poder, mas,

Pedro Passos Coelho marca a sua entrada no texto, afirmando que “(...) Vivemos tempos *difíceis* e mais *tormentas* ainda nos aguardam (...)”, sublinhando, para além disso, “(...) a dimensão e a *urgência* dos *desafios* que se nos colocam (...)” (sublinhados nossos). O recurso a este tipo de afirmações assinala, no discurso, o tom tendencialmente dramático de tudo o que se seguirá em termos de comunicação, sendo que se lhe alia também o emprego de vocábulos que intensificam o efeito desejado pelo político (“tempos / circunstâncias difíceis”; “problemas”; “crise”; “complexidade dos problemas”; “sofrimento”; “dificuldades”). Para além destes, e muito embora associado ao tipo de atitudes preconizadas para a potencial resolução dos problemas nacionais, sobressai, com um tremendo impacto emocional, o uso de expressões, como: “medo paralisante”, “resignação contemplativa”, “fatalismos estéreis” e “receios”.

Ainda que Pedro Passos Coelho tenha como objetivo central de governação o de conduzir o país “(...) até chegarmos a um porto seguro (...)”, não deixa de ser curiosa a opção deliberada pelo tema marítimo como estratégia para a sua representação discursiva.

Desde o início da sua intervenção, Passos Coelho marca uma posição de distanciamento em relação ao que rapidamente se entende como a fixação, por parte dos portugueses, pelo seu passado glorioso, em particular no que toca ao imaginário da expansão quinhentista. Ainda que não centre exclusivamente a sua apreciação num período do passado em particular, é da dimensão simbólica do período dos Descobrimentos que extrai os elementos necessários, por um lado, para afirmar o seu desejo de rutura com os paradigmas do passado. Por outro, Pedro Passos Coelho mescla com esse jogo retórico, uma visão crítica da postura nacional face às adversidades, mais particularmente, no que diz respeito à sua opção pela “resignação contemplativa” ou pela recuperação da memória de grandiosidades passadas como espécie de lenitivo para as agruras do seu percurso. Tal posicionamento discursivo parece veicular, para além disso, uma tomada de posição em termos ideológicos, a qual aponta no sentido do tipo de governação que pretende

---

fundamentalmente, do tipo de líder que o encabeça. Mais do que na seleção criteriosa dos tópicos que constituem o ponto de partida para a argumentação, é no seu tratamento retórico e na forma empolada como se veem retratados, que reside a verdadeira base do modelo de governação que os apresenta. Ao dar corpo a uma mundividência particular, por meio deste tipo de procedimento, o aparelho de poder configura-se enquanto legítimo detentor de um conhecimento incomparável e incontestável da situação e, por conseguinte, enquanto a única alternativa viável para o enfrentar e superar.

assumir enquanto líder, dadas, não só as circunstâncias particulares em que Portugal se encontra, mas também o papel que deve desempenhar enquanto Primeiro-Ministro, isto é, o de homem providencial para a situação do país.

O caráter excepcional da realidade que descreve ao longo da Tomada de Posse, mas fundamentalmente a apresentação das soluções para a sua suplantação, promovem, junto do público, a imagem de alguém cuja visão dos eventos que flagelam o país transcende a normal capacidade dos seus cidadãos. O rastrear das causas que estão na sua base, o vislumbre das respostas adequadas à sua resolução, a capacidade de as levar a cabo sem se “[desatar] do [seu] leme (...)” para atingir o “porto seguro” que os portugueses desejam, são as marcas que concentra na sua pessoa como forma de sobreposição em relação ao coletivo nacional. Mais do que alguém que, por um conjunto de circunstâncias de candidatura política e triunfo eleitoral, ascende à posição máxima de poder no país, a figura do líder do governo é aqui configurada quase como um produto de uma vontade superior que o coloca, dada a sua visão dos acontecimentos, a sua resolução e coragem inquebrantáveis, à frente do destino nacional, como único instrumento possível para a construção do futuro necessário para todos. Como o próprio refere no seu fecho de argumentação: “(...) Portugal não pode falhar. Eu sei que Portugal não falhará.”

Desta forma, Pedro Passos Coelho dá corpo no seu discurso a um processo de conversão simbólica da sua figura na de um pedagogo da nação em perigo<sup>14</sup>, isto é, no papel do responsável por encontrar e apontar as soluções de que a nação precisa, uma vez que esta, por si só, não o consegue fazer. Para além disso, a corporização dessa função de liderança (em que o destino individual do Primeiro-Ministro se funde com o da própria nação) reclama implicitamente o direito de ocupação de um lugar próprio na narrativa coletiva nacional, ao transferir a sua visão do plano real para o campo da ficção, como forma de reforço do caráter heroico da sua figura. Como se demonstrará adiante, entre as várias estratégias usadas por Passos Coelho para reforçar o caráter distinto da sua liderança e da importância de que esta se reveste no destino do país, a que mais evidencia o perfil de homem providencial que pretende assumir é a da inconstância do seu uso dos pronomes pessoais “Eu” e “Nós”. Daqui deriva que nem sempre é óbvio se o “nós” se refere ao país no seu todo ou somente ao

14 Assumindo um tom didático, por exemplo, em afirmações como: “(...) o povo Português pode contar com o seu governo, e nós sabemos que podemos contar com a sua dedicação, com a sua coragem, com a sua persistência, com o seu engenho, com a sua boa vontade, com a sua paciência. (...)”.

aparelho de poder que o encabeça, o que acaba por reforçar o efeito de fusão entre o coletivo nacional e a figura do líder.

A opção declarada pela rutura com os paradigmas anteriores e o tom exacerbado da sua apreciação do país, no momento em que assume funções, são, em Passos Coelho, os meios preferenciais que reforçam a imagem do líder talhado para o “(...) fulgor da ação imediata (...)” (Girardet 1986, p. 79), apontando, por esse motivo, no sentido do modelo *Alexandre*. A sua legitimidade funda-se, não no seguimento dos ditames do passado, mas antes na análise impiedosa das circunstâncias presentes, que o impelem à ação e o colocam diante de um desafio, o qual só ele poderá resolver efetivamente.

A densidade lexical criada pelas referências aos tópicos do “realismo” e não da “resignação contemplativa”, da “coragem” e não do “medo paralisante”, da “responsabilidade” sem “falsas promessas”, da “perseverança” e não da “obstinação”, reforça a representação da imagem combativa que Passos Coelho reclama para si enquanto figura de proa do aparelho político nacional. Mais, enfatiza igualmente o seu caráter visionário, porquanto centra na figura do líder o conhecimento privilegiado das soluções de que o país necessita e descarta *a priori* a validade de outros pontos de vista alternativos, ao afirmar que, muito embora “(...) se escutem as opiniões, (...) se avaliem os resultados e que porventura se reexaminem as decisões [,] desse rumo não nos desviaremos (...)”.

A determinação que perpassa estas palavras é marca clara do perfil do jovem combatente que enfrenta com determinação os desafios que se lhe apresentam, sabendo de antemão qual o caminho a percorrer para o resgate da nação. Daqui deriva também, de forma mais ou menos explícita, o tipo de atuação política que, à partida, favorecerá no seu exercício do poder, parecendo apontar mais no sentido de uma governação de orientação executiva do que propriamente parlamentar.

António Costa, por sua vez, assume uma estratégia de depreciação do trabalho do governo anterior como ponto de partida para a consolidação dos seus intentos no discurso de Tomada de Posse. Todavia, desenvolve esse trabalho de recuperação do passado de forma aparentemente mais objetiva, reduzindo o grau de ambiguidade interpretativa nos seus enunciados e centrando quase exclusivamente na governação PSD/CDS a responsabilidade pelo estado atual do país. O *topos* dominante é mais uma vez a crise, mas aqui apresentada reiteradamente à luz dos efeitos destrutivos provocados por um outro *topos* também fundamental: o das “(...) políticas de austeridade

(...)”. Com base nesta estratégia de argumentação, António Costa não deixa dúvidas acerca do principal alvo das suas invetivas, as quais se veem ironicamente concretizadas nos mesmos domínios que o seu antecessor selecionara para a apresentação da sua leitura política do passado – o económico, social e financeiro.

Na economia, é a reabilitação de um panorama desastroso aquela que ocupa a voz de António Costa. Através do emprego sucessivo de nomes ou expressões de significação negativa, o Primeiro-Ministro reforça continuamente o argumento de que a opção deliberada pelo caminho da austeridade é a base do aumento sem precedentes do “(...) empobrecimento coletivo, da precarização do trabalho ou do sacrifício da qualidade e proximidade dos serviços públicos (...)”, para além da “(...) asfixia fiscal da classe média (...)”. Na componente social, é também na austeridade que localiza o agravamento dos níveis de pobreza, bem como a cessação indiscriminada da “(...) garantia de serviços e bens públicos essenciais (...)”. A esses alia-se uma atmosfera de fratura social, promovida pelo próprio Estado nos mais variados níveis, em nada demonstrativa do que se espera de uma sociedade contemporânea e equilibrada.

A problemática do endividamento de famílias e empresas é aquela a que António Costa oferece maior destaque no campo financeiro, sem se esquecer de frisar a sua direta relação com as políticas do Governo anterior. Lamenta o chefe de governo que “(...) a sociedade esteja [nesse momento] mais pobre e desigual, a (...) economia mais enfraquecida no seu potencial de crescimento e o País mais endividado (...)”, e distancia-se de forma perentória desse passado recente, ao afirmar que “(...) a austeridade não gera crescimento, nem a desvalorização interna prosperidade (...)”.

A representação do passado serve, assim, em António Costa, de base para a crítica do modelo de governação anterior e como ponto de partida para a legitimação de uma nova opção governativa. Essa estratégia, no entanto, merece uma maior preocupação e detalhe no seu desenvolvimento discursivo, devido às condições inéditas em que se torna Primeiro-Ministro.

Procurando mostrar-se acima dos moldes polémicos em que a oposição caracteriza a sua ascensão ao poder, António Costa opta por realçar o carácter pluralista e enriquecedor da solução governativa que encabeça, claramente liberta “(...) de exclusões de facto que limitavam o leque de soluções políticas possíveis e defraudavam o sentido de boa parte dos nossos concidadãos (...)”. O modo como esta aparente fragilidade é concretizada em sede de

discurso de Tomada de Posse converte-a objetivamente numa característica diferenciadora e, por esse motivo, também num trunfo a seu favor, que contribui para o processo de legitimação do seu poder político, assim como da necessidade de ruptura com aquilo que o antecede.

A leitura do presente apresentada por António Costa continua a valorização do *topos* da crise, desta feita, por meio da referência a um “(...) tempo que todos sabemos de grandes incertezas e enormes desafios (...)” e evidenciando “(...) as muitas dificuldades que temos pela frente e as restrições que limitam o nosso leque de opções (...)”. Intensifica essa atmosfera inicial da sua argumentação recorrendo também a alguns vocábulos ou expressões de conotação negativa (“momentos muito duros”; “urgência”), embora em número reduzido. Esta opção pelo comedimento no recurso à estratégia da dramatização de argumentos enquadra-se na perfeição no tom de serenidade que pretende dar ao seu discurso, valor esse, aliás, que apresenta como um dos elementos fundamentais da ação governativa, não só enquanto membro do aparelho de poder político, mas também enquanto líder e modelo de conduta para o país nesse momento.

A forma como António Costa se configura em termos discursivos na sua Tomada de Posse parece apontar no sentido de um modelo de homem providencial de natureza distinta. Na linha do espírito moderado e sereno com que vai permeando o seu trabalho de representação, constrói um perfil de liderança, apoiado nos valores da “moderação” e não “radicalização”, da “serenidade” e não “crispação”, da “reunião” e não “confronto”, da “confiança” e não “temeroso e angustiado”. Reforçando este posicionamento, surge também a sua tentativa de se elevar sobre as quezílias partidárias que questionam a sua legitimidade enquanto líder, não avançando numa análise crítica e detalhada do período imediatamente anterior à sua ascensão ao poder, como estratégia de defesa pessoal e política, “(...) confiando à história esse debate (...)”.

Com base neste conjunto de opções discursivas, António Costa aponta, assim, para uma figura de liderança que se aproxima mais do modelo apresentado por Girardet como *Sólon* – o do legislador, do Homem de Estado, do refundador que, rompendo com o passado, se apoia na sua vasta experiência política, para conseguir levar a nação a um outro destino no futuro (Girardet 1986, p. 71) – e para o qual insistentemente reclama o contributo fundamental que o diálogo e o compromisso darão ao seu governo de mudança. Neste sentido, e assinalando novamente mais um aspeto que o diferencia do seu antecessor, António Costa parece valorizar a conceção

de um aparelho de poder que favorecerá mais a dimensão parlamentar do que propriamente a executiva, pois para ele, “(...) o Governo provém da Assembleia da República. (...)”.

A mudança corresponderá, desse modo, para António Costa, a um “(...) tempo novo para a vida das famílias, dos trabalhadores e das empresas; um tempo novo para a economia e para o emprego; um tempo novo para o Estado e para os serviços públicos; um tempo novo para o combate à pobreza e às desigualdades; um tempo novo para a aposta nas chaves do futuro (...)”. Por meio da anáfora, António Costa enfatiza o carácter diferenciador da sua mudança, procurando abranger, através da estratégia de enumeração que se lhe associa, todos os setores da sociedade portuguesa. Nesse sentido, marca também a sua determinação em promover um espírito de apaziguamento nacional, em vez do “confronto” baseado em “(...) falsas, demagógicas e perigosas (...) dicotomias simplistas (...)”, como o caminho preferencial a trilhar no sentido da concretização do grande objetivo do seu governo: “[ajudar] Portugal a triunfar nos desafios do século XXI (...)”. Com a afirmação desta ambição, António Costa enquadra-se claramente no perfil de liderança anteriormente descrito, ao lançar as fundações do novo regime capaz de garantir o sucesso do destino coletivo (Fischer *op. cit.*, pp. 80-81).

A tabela que se apresenta de seguida (com base em Fairclough & Fairclough 2012, pp. 39-51) contém os cinco elementos centrais que concorrem para a estabilização da estrutura argumentativa de ambos os líderes nos seus discursos de Tomada de Posse, com o objetivo de suportar e reforçar o impacto da visão oficial do país que os seus aparelhos de poder pretendem veicular. Um pouco à imagem do que se vem evidenciando, apesar das diferenças notórias que ambos reclamam para a sua prestação, são vários os pontos em que as práticas discursivas se tocam claramente, dada a proximidade, não só das estratégias aplicadas para tal fim, mas também dos elementos que selecionam para a sua construção.

No campo Apelo à ação (*Claim for action*), começa-se por identificar de forma abrangente o argumento principal que é utilizado para a legitimação da ação necessária, isto é, o que cada um dos oradores apresenta como a motivação central para a sua atuação governativa, a qual resulta sempre do entendimento pessoal que fazem “da vontade do povo”. O Apelo à ação corresponde, desta forma, ao ponto de partida de onde se extrai a legitimidade de governação, mas também à base que despoleta o trabalho de argumentação



de cada um dos líderes, acabando por condicionar os moldes possíveis em que esse trabalho se virá a desenvolver.

As Circunstâncias (*Circumstances*), já ilustradas no decurso do presente artigo, constituem o segundo nível de estabilização da estrutura discursiva em análise, apontando-se, neste caso (a título exemplar), alguns dos argumentos que reforçam o entendimento individual da vontade do povo, por parte do líder, atuando como elo de ligação para a categoria dos Objetivos (*Goals*) gerais de governação.

É fundamentalmente ao nível da categoria dos Valores (*Values*) que o carácter distintivo entre ambos os textos se começa a evidenciar, na medida em que, ao optarem por perfis de liderança distintos, Passos Coelho e António Costa apoiam-se em valores que, à partida, deverão estar em consonância com esses mesmos perfis.<sup>15</sup>

A categoria Meios (*Means Goals*), à semelhança dos restantes campos, apresenta também grande proximidade entre os dois oradores no que toca à sua significação, sendo que se distingue fundamentalmente pelas estratégias de representação discursiva que escolhem para esse efeito.

Tabela 1. Estrutura de Prática Argumentativa

Pedro Passos Coelho		António Costa
Ser “agente” da “mudança desejada pelos portugueses” e que “decorre de um espírito reformista, enérgico e corajoso”.	<b>Apelo à Ação</b>	“Construir passo a passo, projeto a projeto, medida a medida, um tempo novo para Portugal e para os portugueses”.
“Vivemos tempos difíceis e mais tormentas ainda nos aguardam”; “a dimensão e a urgência dos desafios que se nos colocam”; “tempos / circunstâncias difíceis”; “problemas”; “crise”; “complexidade dos problemas”; “sofrimento”; “dificuldades”.	<b>Circunstâncias</b>	“um tempo que todos sabemos de grandes incertezas e enormes desafios”; “as muitas dificuldades que temos pela frente e as restrições que limitam o nosso leque de opções”; “momentos muito duros”, “urgência”.

<sup>15</sup> No seguimento do que já foi apontado anteriormente, também aqui ganha força a ideia de uma maior intensidade do perfil de liderança assumido por Pedro Passos Coelho, ao contrário de António Costa e sua propensão para a serenidade.

<b>Pedro Passos Coelho</b>		<b>António Costa</b>
“Recuperar a economia portuguesa”, “retomar a prosperidade”, “chegar a um porto seguro”.	<b>Objetivos</b>	“Ajudar Portugal a triunfar nos desafios do século XXI”.
“Coragem” e não “medo paralisante”; “Realismo” e não “optimismos vazios” nem “fatalismos estéreis”; “Responsabilidade” sem “recorrer a falsas promessas” ou “vislumbrar admiráveis mundos virtuais”; “Perseverança”, mas não “obsessões ideológicas”.	<b>Valores / contravalores</b>	“Moderação” e não “radicalização”; “Serenidade” e não “crispação”; “Reunião” e não “confronto”; “Confiança” e “entusiasmo” sem estar “angustiado” ou “temeroso”; “determinação” e não “despeito ou desforço”.
“Estabilizar as finanças”; “Socorrer os mais necessitados”; “Fazer crescer a economia e o emprego”.	<b>Meios</b>	“Mais crescimento”, “mais emprego”, “mais igualdade”.

Do confronto com a tabela apresentada, retira-se que, no que toca à legitimação da ação, Pedro Passos Coelho dá voz à sua ambição de ser o “agente de mudança desejada pelos portugueses”, apoiando-se, para esse efeito, “num espírito reformista, enérgico e corajoso”. António Costa valoriza o “Construir passo a passo, projeto a projeto, medida a medida, um tempo novo para Portugal e para os portugueses”, o que, em ambos os casos reforça, mais uma vez, o perfil providencial que pretendem assumir enquanto líderes da nação. No que diz respeito às circunstâncias governativas, ambos valorizam o carácter extremamente difícil e urgente da situação nacional, acentuando discursivamente a sua apreciação em termos negativos, de forma a reforçar a centralidade da sua liderança em todo o processo.

O distanciamento discursivo ou simbólico começa a estabelecer-se entre ambos, a partir da apresentação dos objetivos gerais, em que Passos Coelho, ironicamente e apesar da sua relação de suposta aversão ao passado e seus erros danosos, recorre precisamente a uma formulação com verbos que implicam sempre a recuperação de um tempo grandioso nacional como termo

de comparação para o que se propõe atingir na sua governação.<sup>16</sup> António Costa opta deliberadamente por uma perspetiva centrada no futuro, o que demonstra uma forma distinta de relacionamento e exploração simbólica do tempo na sua Tomada de Posse. Na verdade, tal prática parece apontar no sentido de uma maior coerência em termos discursivos, pois, ainda que, no início, o passado surja como base de partida e como contraponto argumentativo para a apresentação da sua visão nacional, uma vez esgotado este propósito, a prática de representação do que será concretizado no futuro passa a assumir a predominância até ao final.

Os valores apresentados como diretrizes para a sua atuação distinguem-se claramente (aliás, na continuidade do modelo providencial que corporizam). No entanto, aproximam-se no que diz respeito à estratégia discursiva selecionada para a sua apresentação. Passos Coelho e António Costa reforçam a pertinência e legitimidade dos “seus” valores através de um exercício de contraposição às alternativas que consideram desajustadas para os fins que têm em vista para o país – alternativas que, em ambos os casos, são associadas aos períodos de governação imediatamente anteriores. Os contravalores, por sua vez, aproximam-se, na medida em que, para além de reforçarem os valores defendidos por cada um dos líderes, servem também (e fundamentalmente) para manter viva a representação negativa do passado, criticando-o claramente assim como os seus protagonistas. Por conseguinte, reforça-se também o papel do novo líder que se apresenta ao povo, porquanto é diferente de tudo o que o antecedeu e constitui a verdadeira resposta às expectativas da nação.

Daqui deriva-se para a definição da nova visão de futuro que ambos os líderes querem concretizar e implicitamente fazer com que o público a reconheça e adira à sua especificidade. A mobilização de Portugal nesse sentido começa pela estipulação de três grandes meios para atingir o fim ideal que, de novo, correspondem quase de forma idêntica entre si, sendo que o caráter distintivo que tentam atribuir-lhe se funda essencialmente na

---

16 “Recuperar” e “retomar” são verbos que acarretam precisamente essa relação de proximidade com o passado, o que não deixa de surpreender, se se atentar no esforço que Passos Coelho desenvolve, desde a abertura do seu discurso, com o intuito de criticar esse apego característico português àquilo que está para trás no tempo. Pedro Passos Coelho mostra uma maior aversão pelo passado, uma maior necessidade de o explorar enquanto contraponto para o seu trabalho de argumentação, mas no final, é sempre com base numa relação de cotejo com o passado que vai construir o seu ideal do Portugal futuro.

ideologia que está por detrás de cada um e, para além disso, na formulação discursiva selecionada para esse efeito.

Para Pedro Passos Coelho, a imagem do Portugal futuro começa a ganhar forma a partir do momento em que o vocábulo “abertura” é introduzido, pouco após o início do seu discurso, verificando-se, daí em diante, uma utilização sistemática e reiterada das diferentes ocorrências lexicais que esta palavra poderá conhecer.<sup>17</sup> Para o Primeiro-Ministro, Portugal será assim um país “(...) mais aberto tanto no plano interno, para termos uma sociedade mais aberta e dinâmica do ponto de vista social, económico e político, quanto no plano externo, para nos abirmos ao mundo. Queremos um país aberto ao mundo globalizado, à Europa, aos países de expressão portuguesa, às potências emergentes. (...)”.

A visão de futuro para o Portugal interno passa, em primeiro lugar, por uma reconfiguração do modelo de Estado conhecido até à data, sendo que é na verdade este o elemento-chave que preside a todas as orientações que o governante pretende dar à marcha do país nas suas mais variadas facetas. A abertura da sociedade corresponde a um cenário em que “(...) cada um acalenta legítimas aspirações de melhorar a sua condição através do trabalho, do esforço e do mérito, da criatividade, da cooperação com os outros, em suma, onde cada um pode concretizar os seus sonhos e projetos de vida de acordo com os valores que escolhe (...)”.

A realização pessoal dos portugueses passa assim a depender quase exclusivamente da sua própria iniciativa, sendo que o poder político aparentemente se dedicará mais a um papel de observador/regulador, e não tanto de carácter diretamente interventivo no funcionamento social, salvo nas situações que, até à data, foram alvo de tratamento desadequado pelo governo, o que explica muitos dos problemas nacionais. Tal interpretação torna-se óbvia se se atentar na observação previamente feita acerca do favorecimento de interesses privados às custas do erário público, ou na afirmação explícita da cessação de um certo entendimento passadista da relação entre o Estado e

---

<sup>17</sup> São vinte e uma as ocorrências do termo em questão (ou seus derivados) ao longo do discurso, sempre em consonância com a visão do país que Passos Coelho pretende ver concretizada. Seja sob a forma de verbo, adjetivo ou nome, o traço que sobressai da voz do, então, Primeiro-Ministro, é sempre o de um Portugal *aberto* em todas as dimensões internas e externas. Esta estratégia discursiva ganha ainda mais força, porquanto, para além da repetição, se lhe alia normalmente também a contraposição de vocábulos de significado oposto (“opaco”; “sufocar”; “fechar”), enfatizando, desse modo, o impacto que a tal “abertura” deverá ter na edificação do Portugal de futuro.

a sociedade. Em suma, Pedro Passos Coelho preconiza um modelo de relacionamento entre sociedade e poder político, onde o Estado “(...) se quer ágil sem ser intrusivo; decidido sem ser cego (...)”.<sup>18</sup>

Esta agilidade estatal é também o mote para a apresentação do tópico da abertura na vertente económica. Uma economia portuguesa mais aberta corresponde, no fundo, (e novamente) a uma diminuição da intervenção estatal, com vista a “(...) tornar mais favoráveis as condições de concretização da iniciativa empresarial e do potencial inovador dos cidadãos [;] reduzir os custos de contexto, acentuar a intensidade concorrencial [;] quebrar a rede de incentivos formais e informais que favorecem artificialmente o setor dos bens não transacionáveis (...)”. Daqui derivará o Portugal do futuro enquanto uma das “economias mais abertas da Europa”.

Na perspetiva de Pedro Passos Coelho, as aberturas social e económica na vertente interna são também sinónimas de um melhoramento considerável da dimensão política portuguesa, porquanto delas derivará uma melhor democracia resultante de “(...) um Estado mais pequeno, mais ágil e mais forte, por um lado, e uma sociedade mais livre, mais autónoma e mais próspera, por outro. Na verdade, são como duas faces da mesma moeda (...)”.<sup>19</sup>

Na sua dimensão externa, o Portugal de futuro de Pedro Passos Coelho será mais aberto, uma vez resolvida a questão do resgate financeiro internacional,

---

18 Esta questão do plano social é também abordada na perspetiva da justiça, onde, depois de tecer várias considerações acerca do seu carácter anacrónico e desajustado, conclui que pretende “uma justiça mais justa”.

19 O cuidado e nível de detalhe depositado na exploração discursiva do tópico da “abertura” não deixam margem para dúvidas de que a determinação do governo de Pedro Passos Coelho vai no sentido do aprofundamento irreversível de uma agenda neoliberal para o país. O nível de detalhe com que apresenta todas as dimensões de funcionamento nacional que importa reconfigurar, salientando, ao mesmo tempo, a necessidade de diminuição da intervenção estatal como condição para que isso aconteça, dá mostras de uma ideologia completamente alinhada com os desígnios europeus e internacionais, mas que, paradoxalmente, se pretende mostrar, na dimensão interna nacional, como autónoma e liberta de condicionamentos de qualquer espécie. O carácter “forte” do modelo de Estado que preconiza ganha, assim, uma significação de tipo distinto daquele que, à partida, o cidadão comum lhe atribuirá, porquanto não corresponde à esperada vertente de salvaguarda da população face às pressões externas, mas antes, a um paradigma de governação que atuará precisamente no sentido inverso. O mesmo será dizer que terá como prioridade a implementação dos ditames externos em contexto nacional, não correspondendo por isso a um verdadeiro modelo de Estado-forte, mas antes, nas palavras de Boaventura de Sousa Santos (2002, pp. 7-8), a um modelo de Estado-enfraquecido. Segundo o autor, “(...) o Estado é o oposto da sociedade civil e potencialmente o seu inimigo. A economia neoliberal necessita de uma sociedade civil forte e para isso é necessário que o Estado seja fraco. Este é inerentemente opressivo e limitativo da sociedade civil, pelo que só reduzindo o seu tamanho é possível reduzir o seu dano e fortalecer a sociedade civil (...)”.

que reduz claramente a autonomia do país em todos os aspetos, para além da sua capacidade de evolução ou transformação. A prioridade máxima será o equilíbrio das contas públicas e o recuperar da solvência do país, para que daí resulte um Portugal aberto “(...) aos grandes fluxos mundiais de pessoas, de ideias, de iniciativas, de trocas, de investimento (...) que olha para o mundo como um imenso lugar de oportunidades e de aprendizagem. (...)”.

António Costa esboça também a sua visão para o futuro do país dentro de linhas de orientação semelhantes às do seu antecessor. Apoia-se numa apreciação subdividida entre as vertentes interna e externa, mas opta por uma representação mais breve e tendencialmente menos objetiva, em termos de apresentação de medidas concretas para a sua ação governativa. Não vai, por esse motivo, ao expoente de discriminação que caracteriza o discurso de Pedro Passos Coelho, no que toca, por exemplo, à especificidade das facetas social ou económica, apostando antes na sua caracterização simultânea e equilibrada, enquanto dimensões interrelacionadas e interdependentes.

Em sintonia com a tónica inclusiva de que se reveste o discurso de António Costa, o Portugal do futuro é um país em que se concretizará “(...) o aumento e proteção do rendimento disponível das famílias, o alívio da asfixia fiscal da classe média, o desendividamento e condições de investimento das empresas, o combate à pobreza, a garantia de serviços e bens públicos (...)”. O mesmo será dizer que o modelo de Estado e sua relação com a sociedade a que preside é o total inverso do período de governação a que António Costa veio suceder. A sua prioridade é o retomar do modelo de Estado protagonista na construção de um país melhor e mais justo para todos, um Estado promotor de “(...) oportunidades e de esperança que assinale de uma vez por todas o reencontro das prioridades da governação com os projetos de vida dos portugueses que têm direito a ser felizes aqui (...)”.

A vertente externa merece também, para o governante, uma grande importância, sendo que a abertura a todas as esferas de influência internacional em que Portugal se vê tradicionalmente inserido (como no caso da União Europeia, dos países lusófonos ou da NATO) é realmente fundamental, ainda que não exclusivamente positiva. Na verdade, mais do que um carácter de oportunidade que se apresenta ao país do futuro, é importante reconhecer a dimensão dos desafios que essas esferas acarretam para Portugal e os portugueses, sendo que se pressupõe, nas palavras cautelosas do Primeiro-Ministro, o papel preponderante que a própria ação governativa pretende reclamar para si no teatro de operações internacional, em defesa dos interesses do país.

Daqui deriva a clara percepção de um novo traço distintivo entre ambos os líderes em estudo, mais particularmente no que diz respeito ao modelo de Estado que preconizam, o qual está em perfeita sintonia com os perfis de liderança que vão edificando ao longo dos seus textos. Passos Coelho, que tenta projetar a imagem de um Estado forte como modelo para a sua governação, enuncia realmente os princípios de uma configuração de Estado-enfraquecido. Esta favorece uma visão neoliberal do país, promotora do talento, esforço, mérito e da autorrealização individual, e justificativa, para além disso, das medidas de austeridade que considera inevitáveis. Em manifesta rutura com esta visão, António Costa professa o retorno a um modelo de Estado ao serviço da população como o caminho de construção do Portugal do futuro. Rompendo explicitamente com as práticas de austeridade seguidas pelo seu antecessor, António Costa dá mostras da sua propensão para um modelo de governação que favorece o bem-estar generalizado de todo o coletivo nacional. Em suma, se o objetivo de retoma da prosperidade é declarado de forma mais ou menos idêntica por ambos os governantes, o conceito de prosperidade que cada um preconiza é, no entanto, totalmente distinto.

Independentemente, no entanto, da visão que cada um defende para o país, as estratégias aplicadas para a veicular e promover a adesão do público são bastante próximas, roçando quase um carácter idêntico em determinadas situações. Para além do uso da metonímia ou dos jogos de alternância significativa entre o “Eu” e o “Nós”, (Fairclough 2010, p. 246; Wodak 2009, pp. 43-47), o recurso sistemático às repetições (lexicais e semânticas) surge como a estratégia preferencial de ambos os oradores, para amplificar o impacto que a sua argumentação produz no público-alvo e reforçar as ideias centrais da sua visão política para o país (Van Dijk 1997, p. 35).

São igualmente próximas as estratégias que aplicam quando expõem as opções de governo, apostando na identificação dos potenciais argumentos alternativos àquilo que propõem, mas esvaziando de imediato a sua credibilidade e relevância como mecanismo de aumento dos efeitos que a sua visão deverá produzir em termos discursivos (Fairclough & Fairclough 2012, p. 132). Neste sentido, reforçam a noção de que, apesar de encabeçarem ideologias e representações divergentes do país e seu papel no mundo atual, se socorrem de mecanismos virtualmente idênticos em termos de argumentação, para levarem a cabo a sua missão neste cenário de Tomada de Posse.

Cada um com o seu estilo e orientando as práticas de representação discursiva dentro do modelo de liderança que selecionam como próprio, Pedro

Passos Coelho e António Costa estabelecem, assim, o caminho para a sua visão da nação e das soluções que esta necessita para cumprir o seu destino, com o propósito de levar todo o coletivo a aderir ao futuro que vislumbram para Portugal.

#### 4. Conclusão

Tomando como base uma amostra de estudo deliberadamente limitada em termos quantitativos e circunstanciais, o presente artigo teve como objetivo desenvolver uma análise transdisciplinar das práticas de representação discursiva da nação portuguesa, pelo seu aparelho de poder. Caracterizou, por um lado, os mecanismos que contribuem para o reforço da legitimidade desse aparelho político na esfera pública, assim como do perfil de liderança que o encabeça. Por outro, avançou possíveis linhas de análise da vertente ideológica, por detrás da voz do poder, evidenciando as suas relações com a representação “oficial” do país veiculada para o coletivo nacional.

Do confronto entre ambos os discursos de Tomada de Posse resultou que, muito embora produzidos com base em paradigmas diferentes, apresentam inúmeros pontos de contacto, quer no plano das estratégias usadas na prática discursiva, quer no modo como as suas representações do país se estruturam efetivamente.

A recuperação do passado, por Pedro Passos Coelho e António Costa, é de idêntico carácter funcional nos seus textos e serve três grandes linhas de orientação: a identificação de causas para a situação presente, o apuramento das responsabilidades e a legitimação do aparelho de poder e do líder. O presente é de contornos excecionais, sendo que só o perfil providencial que possuem o pode conhecer em toda a extensão e operar a mudança necessária. A visão de futuro prometida ao país é grandiosa em ambos, e na estrita dependência da sua liderança. Estes elementos agregam-se, por fim, em função dos temas que organizam a sua arquitetura discursiva: o modelo de governação e a relação Estado/Sociedade.

Os discursos de Tomada de Posse distinguem-se, nesse sentido, fundamentalmente pelo estilo discursivo assumido por cada político e o perfil de homem providencial que escolhem para todo o processo.

As linhas interpretativas que se foram avançando servem fundamentalmente para lançar novos contributos no campo da análise do discurso político português, favorecendo, no entanto, uma abordagem tendencialmente flexível,



que se socorra de vários modelos teóricos e de análise complementares. Não se trata, por este motivo, de uma proposta aplicável apenas a situações de Tomada de Posse em contexto nacional português, em pleno século XXI, mas antes de um modelo que poderá, com as devidas adaptações, ser facilmente aplicável a outros contextos temporais, ideológicos, sociais e linguísticos.

## Referências

- Anderson, B. (2016). *Imagined Communities: Reflections on the Origin and Spread of Nationalism* (rev. ed.). London & New York: Verso.
- Fairclough, N. (2010). *Critical Discourse Analysis: the Critical Study of Language* (2nd ed.). London: Longman.
- Fairclough, I. & Fairclough, N. (2012). *Political Discourse Analysis*. London: Routledge.
- Fischer, D. (2009). *L'Homme Providentiel: un Mythe Politique en République de Thiers à de Gaulle*. Paris: L'Harmattan.
- Garrigues, J. (2012). *Les Hommes providentiels*. Paris: Seuil.
- Girardet, R. (1986). *Mythes et Mythologies Politiques*. Paris: Seuil.
- Hutcheon, L. (2002). *The Politics of Postmodernism* (2nd ed.). London & New York: Routledge.
- Léonard, Y. (2017) *História do Portugal Contemporâneo*. Lisboa: Objectiva.
- Moury, C. & Standring, A. (2017). Going beyond the Troika?: power and discourse in Portuguese austerity politics. *European Journal of Political Research*. Consultado em 6 de janeiro de 2017, em: [https://www.researchgate.net/publication/312567829\\_%27Going\\_beyond\\_the\\_Troika%27\\_Power\\_and\\_discourse\\_in\\_Portuguese\\_austerity\\_politics\\_%27GOING\\_BEYOND\\_THE\\_TROIKA%27](https://www.researchgate.net/publication/312567829_%27Going_beyond_the_Troika%27_Power_and_discourse_in_Portuguese_austerity_politics_%27GOING_BEYOND_THE_TROIKA%27).
- Santos, B. S. (2002). Os processos de globalização. Consultado em 6 de janeiro de 2017, em: <http://www.eurozine.com/articles/2002-08-22-santos-pt.html#>.
- Van Dijk, T. A. (1997). What is political discourse analysis? *Belgium Journal of Linguistics*, 11, 11-52.
- Wodak, R. (1996). *Disorders of Discourse*. Harlow: Longman.
- Wodak, R., De Cillia, R., Reisigl, M. & Liebhart, K. (2009). *The Discursive Construction of National Identity* (2nd ed.). Edinburgh: Edinburgh University Press.

[recebido em 1 de janeiro de 2018 e aceite para publicação em 20 de junho de 2018]